



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**15/07/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2 - 3
2.2. EVENTOS.....	4
2.3. SERVIDORES.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	7 - 11
4.2. SEM ASSUNTO.....	12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	13 - 14
5.2. SEM ASSUNTO.....	15 - 16
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DESEMBARGADORES.....	17 - 18
6.2. SERVIDORES.....	19

### Inauguração do Posto do Projeto "Reconhecer é Amar!"

Projeto da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, para incentivar o reconhecimento voluntário de paternidade, com base no programa nacional Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, inaugura o posto, dia 17, terça-feira, às 16h, no Fórum Des. Sarney Costa, no bairro Calhau, com presenças do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, juízes auxiliares da CGJ, da capital e do interior do Estado. O PROJETO "RECONHECER É AMAR!" é baseado no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, o projeto incentiva e facilita o reconhecimento voluntário de paternidade no Maranhão. Esta ação é uma das prioridades da gestão do corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Carvalho Cunha.



*Des. Cleones Cunha*

### **TJ DEFINIRÁ VAGA ABERTA**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definirá, em votação na sessão plenária administrativa de 1º de agosto, o nome do juiz de entrância final (São Luís) que terá acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, na vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim.

# Escolha de novo desembargador do TJMA ocorrerá em 1º de agosto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definirá, em votação na sessão plenária administrativa de 1º de agosto, o nome do juiz de entrância final (São Luís) que terá acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, na vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim. Quinze candidatos se inscreveram após a divulgação de edital pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior. "Teremos uma eleição concorrida e muito democrática", antecipou o presidente.

De acordo com a Secretaria da Diretoria Geral do Tribunal estão habilitados os ju-

izes Marcelino Chaves Ewer-ton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo José Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família).

Também integram a lista os juizes Ângela Maria Moraes Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cí-

vel), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Airton Ferreira Amorim (3ª Vara Cível).

Os magistrados serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista triplíce, da qual sairá o novo desembargador, depois de concluída a votação final.

O acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada. O juiz de entrância fi-

nal que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.

Com o ingresso no novo magistrado de 2º grau na Corte, o colegiado do TJMA passará a contar com 26 desembargadores. Mais um desembargador irá integrar o Judiciário estadual, em vaga reservada à OAB/MA pelo quinto constitucional.

O Tribunal de Justiça do Maranhão empossou em maio os desembargadores Kleber Costa Carvalho e Vicente de Paula Castro, que ascenderam à corte de Justiça pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

- Com a palestra, marcada para começar às 13h30, o Exército dá continuidade ao seu programa de instrução e adestramento de seu pessoal em operações de garantia da votação e apuração. - Currículo - Marco Aurélio Barreto Marques é bacharel em Direito, formado pela UFMA em 1994. Pós - graduado em Direito Civil, Processual Civil e Direito Eleitoral, possui artigos científicos publicados em revistas especializadas em Direito. Em 2006, foi condecorado pelo CNJ com uma placa por sua brilhante atuação no "Movimento pela Conciliação", devido ter alcançado o maior número de acordos homologados pelo TJMA naquele ano. Do Exército Brasileiro tem honrarias por sua participação na Operação Itapecuru (2007) e uma "Medalha do Pacificador" (2008).

### **SALÁRIOS NA INTERNET**

Já que tocamos no assunto...., o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", no site do Poder Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), a partir da próxima semana, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor.

## JUSTIÇA

# Tribunal do Júri condena acusados de homicídio

Em júris promovidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz nos dias 11 e 12 últimos resultaram na condenação de dois réus - um acusado de homicídio e outro de tentativa de homicídio. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira

Santos Feitosa, os júris foram realizados no Salão de Júri do Fórum Henrique de La Rocque. No primeiro deles, na quarta-feira, José Wilton de Sousa Nunes, 39 anos, bombeiro militar, foi condenado a seis anos de reclusão pelo homicídio de Jho-

natan Vieira de Oliveira, 22 anos.

Segundo o processo, o crime teria ocorrido no dia 5 de agosto de 2007, por volta das 19h20, em um bar na rua Leão XIII, no bairro Nova Imperatriz. Ainda segundo o processo, a vítima tentava apartar uma bri-

ga da qual participavam dois amigos quando o réu, que viu a confusão, teria dado ordem para que os contendores parassem com a briga. Não sendo atendido, José Wilton teria atirado, atingindo a vítima na cabeça.



Caso Décio Sá

# Polícia agora investiga ação de agiotas em prefeituras

Esquema foi descoberto com a apuração do assassinato do jornalista Décio Sá, na análise de documentos, cheques e notas de empenho apreendidos com os envolvidos no crime. Polícia ainda não sabe quantos municípios estão relacionados. **Polícia 10**

# Polícia intensifica investigações sobre crime de agiotagem no MA

Esquema descoberto com a apreensão de documentos, cheques e notas de empenho de prefeituras, em poder dos envolvidos na morte de Décio Sá, indicam participação de prefeitos com a rede de agiotagem e desvio de recursos públicos

**Thiago Bastos**  
Da equipe de **O Estado**

**A** Superintendência de Investigações Criminais (Seic) informou, ontem, que nos próximos dias intensificará as investigações sobre a existência de crimes de agiotagem no estado. Segundo os investigadores, o esquema, descoberto com a apuração do assassinato do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril, pode envolver prefeituras, com base na análise preliminar de documentos, cheques e notas de empenho apreendidos em poder de dois dos principais envolvidos no crime, os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, empresário do ramo de merenda escolar, conveniado a várias prefeituras no interior do estado, e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, que seriam os mandantes do assassinato.

Segundo o subdelegado-geral de Polícia Civil, Marcos Afonso Júnior, por enquanto não há como dimensionar a quantidade de municípios maranhenses envolvidos diretamente neste crime. "As investigações de forma mais intensa começaram há poucos dias, e por essa razão ainda não é possível calcular o número de pessoas e municí-

pios envolvidos. O que se sabe é que a polícia já realizava o monitoramento dos casos de agiotagem, mas sem ainda ter a noção exata de quantas prefeituras estariam ligadas aos agiotas. Dessa vez, é diferente. Temos uma linha mais bem definida de investigação e vamos seguir com este trabalho", afirmou.

**Suspeita** - As suspeitas de prática de agiotagem no Maranhão aumentaram após a apreensão de documentos na casa dos empresários Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda, filho e pai, suspeitos de participação no assassinato do jornalista de **O Estado**, Décio Sá. Eles teriam financiado a morte do jornalista por R\$ 100 mil, em razão de ele ter denunciado a atividades dos agiotas no Maranhão.

De acordo com o subdelegado-geral, com a conclusão do Caso Décio Sá, já está sendo formada uma comissão constituída por quatro delegados e representantes do Ministério Público Estadual (MPE) para apurar as denúncias de agiotagem. O subdelegado não descartou a participação de representantes de outros estados. "Já começou esse desdobramento para que esses novos casos sejam analisados, trabalhados e dado um encaminhamento, que é justamente essa ques-

tão fiscal, envolvendo prefeituras e casos relativos a dinheiro público. Nós temos equipes trabalhando em cima dessas pessoas que não foram presas ainda, inclusive em contato com polícias de outros estados, principalmente do Pará", informou delegado.

A polícia informou ainda que caso as investigações apontem participação de pessoas de outros estados no esquema, o Ministério Público Federal (MPF) também será acionado. "Como as suspeitas de agiotagem estão limitadas a municípios maranhenses, a polícia conta com o apoio do MPE na apuração dos fatos. Mas já entrei em contato com integrantes do MPF para que nos auxiliem futuramente neste trabalho. É inadmissível que algumas pessoas se passem por agiotas para lesarem os cofres públicos. Nos próximos dias, deveremos ter fatos novos nessa investigação sobre a agiotagem", finalizou.

## Mais

**Para facilitar** as investigações sobre os crimes de agiotagem no Maranhão, a Justiça prorrogou, na quinta-feira, 12, a prisão temporária por mais 30 dias, dos sete suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), o pedido de prorrogação das prisões foi feito na segunda-feira, 9, e despachado três dias depois pelo juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri. Ainda segundo o subdelegado-geral da Polícia Civil, caso seja necessário, será feito mais um pedido de prorrogação de prisão dos suspeitos de participação no crime. "Como ainda está no início o atual prazo de prorrogação, a polícia ainda não deu entrada, de maneira formal, em outro pedido de prorrogação, mas caso a comissão, que prossegue com os trabalhos do inquérito, entenda que seja necessário mantê-los presos, a polícia fará nova solicitação", informou o subdelegado.

## Entenda o caso

**O jornalista** Décio Sá foi executado a tiros, no dia 23 de abril, em um bar, na Avenida Litorânea. Após mais de 50 dias de investigações, a polícia prendeu os sete suspeitos de envolvimento no caso, apresentando os participantes da quadrilha em entrevista coletiva, no dia 13 de junho. Segundo a polícia, as denúncias do jornalista de **O Estado** sobre crimes de agiotagem, desvio de recursos públicos e extorsões foram as causas que levaram à sua execução. A morte de Décio Sá, o assassino confesso Jhonatan de Sousa Silva, teria custado R\$ 100 mil, valor que não foi pago integralmente. O calote teria sido um dos motivos da volta do criminoso a São Luís para cobrar a dívida. Recentemente, ele disse, em entrevista exclusiva à **TV Mirante**, que caso soubesse que a vítima era jornalista teria pedido um valor três vezes maior para executá-la. Contudo, com a sua prisão, a polícia conseguiu desvendar o assassinato e descobrir uma rede de agiotagem, que está sendo investigada.

“As investigações começaram de forma mais intensa há poucos dias. Por essa razão, ainda não é possível calcular o número de pessoas e municípios envolvidos”

**Marcos Affonso Júnior**  
Subdelegado-geral de Polícia Civil

# Polícia intensifica investigações sobre crime de agiotagem no MA

Esquema descoberto com a apreensão de documentos, cheques e notas de empenho de prefeituras, em poder dos envolvidos na morte de Décio Sá, indicam participação de prefeitos com a rede de agiotagem e desvio de recursos públicos

**Thiago Bastos**  
Da equipe de **O Estado**

**A** Superintendência de Investigações Criminais (Seic) informou, ontem, que nos próximos dias intensificará as investigações sobre a existência de crimes de agiotagem no estado. Segundo os investigadores, o esquema, descoberto com a apuração do assassinato do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril, pode envolver prefeituras, com base na análise preliminar de documentos, cheques e notas de empenho apreendidos em poder de dois dos principais envolvidos no crime, os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, empresário do ramo de merenda escolar, conveniado a várias prefeituras no interior do estado, e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, que seriam os mandantes do assassinato.

Segundo o subdelegado-geral de Polícia Civil, Marcos Afonso Júnior, por enquanto não há como dimensionar a quantidade de municípios maranhenses envolvidos diretamente neste crime. "As investigações de forma mais intensa começaram há poucos dias, e por essa razão ainda não é possível calcular o número de pessoas e municí-

pios envolvidos. O que se sabe é que a polícia já realizava o monitoramento dos casos de agiotagem, mas sem ainda ter a noção exata de quantas prefeituras estariam ligadas aos agiotas. Dessa vez, é diferente. Temos uma linha mais bem definida de investigação e vamos seguir com este trabalho", afirmou.

**Suspeita** - As suspeitas de prática de agiotagem no Maranhão aumentaram após a apreensão de documentos na casa dos empresários Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda, filho e pai, suspeitos de participação no assassinato do jornalista de **O Estado**, Décio Sá. Eles teriam financiado a morte do jornalista por R\$ 100 mil, em razão de ele ter denunciado a atividades dos agiotas no Maranhão.

De acordo com o subdelegado-geral, com a conclusão do Caso Décio Sá, já está sendo formada uma comissão constituída por quatro delegados e representantes do Ministério Público Estadual (MPE) para apurar as denúncias de agiotagem. O subdelegado não descartou a participação de representantes de outros estados. "Já começou esse desdobramento para que esses novos casos sejam analisados, trabalhados e dado um encaminhamento, que é justamente essa ques-

ção fiscal, envolvendo prefeituras e casos relativos a dinheiro público. Nós temos equipes trabalhando em cima dessas pessoas que não foram presas ainda, inclusive em contato com polícias de outros estados, principalmente do Pará", informou delegado.

A polícia informou ainda que caso as investigações apontem participação de pessoas de outros estados no esquema, o Ministério Público Federal (MPF) também será acionado. "Como as suspeitas de agiotagem estão limitadas a municípios maranhenses, a polícia conta com o apoio do MPE na apuração dos fatos. Mas já entrei em contato com integrantes do MPF para que nos auxiliem futuramente neste trabalho. É inadmissível que algumas pessoas se passem por agiotas para lesarem os cofres públicos. Nos próximos dias, deveremos ter fatos novos nessa investigação sobre a agiotagem", finalizou.

## Mais

**Para facilitar** as investigações sobre os crimes de agiotagem no Maranhão, a Justiça prorrogou, na quinta-feira, 12, a prisão temporária por mais 30 dias, dos sete suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), o pedido de prorrogação das prisões foi feito na segunda-feira, 9, e despachado três dias depois pelo juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri. Ainda segundo o subdelegado-geral da Polícia Civil, caso seja necessário, será feito mais um pedido de prorrogação de prisão dos suspeitos de participação no crime. "Como ainda está no início o atual prazo de prorrogação, a polícia ainda não deu entrada, de maneira formal, em outro pedido de prorrogação, mas caso a comissão, que prossegue com os trabalhos do inquérito, entenda que seja necessário mantê-los presos, a polícia fará nova solicitação", informou o subdelegado.

## Entenda o caso

**O jornalista** Décio Sá foi executado a tiros, no dia 23 de abril, em um bar, na Avenida Litorânea. Após mais de 50 dias de investigações, a polícia prendeu os sete suspeitos de envolvimento no caso, apresentando os participantes da quadrilha em entrevista coletiva, no dia 13 de junho. Segundo a polícia, as denúncias do jornalista de **O Estado** sobre crimes de agiotagem, desvio de recursos públicos e extorsões foram as causas que levaram à sua execução. A morte de Décio Sá, o assassino confesso Jhonatan de Sousa Silva, teria custado R\$ 100 mil, valor que não foi pago integralmente. O calote teria sido um dos motivos da volta do criminoso a São Luís para cobrar a dívida. Recentemente, ele disse, em entrevista exclusiva à **TV Mirante**, que caso soubesse que a vítima era jornalista teria pedido um valor três vezes maior para executá-la. Contudo, com a sua prisão, a polícia conseguiu desvendar o assassinato e descobrir uma rede de agiotagem, que está sendo investigada.

**“As investigações começaram de forma mais intensa há poucos dias. Por essa razão, ainda não é possível calcular o número de pessoas e municípios envolvidos”**

**Marcos Affonso Júnior**  
Subdelegado-geral de Polícia Civil

# O Poder Judiciário é o mais importante

**JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA**

**Exerço**, ininterruptamente, a advocacia há mais de 40 (quarenta) anos. Nesse período aprendi muito e continuo na luta para, a cada dia, aprender mais, pois o exercício dessa profissão, assim como de qualquer outra, é, sem dúvida, uma excelente escola para quem busca sempre o aperfeiçoamento.

Assim, sigo no exercício da advocacia buscando sempre a ampliação de mais e mais conhecimentos para atender melhor os meus clientes e saber lutar pela concretização do Direito e da Justiça.

Desse modo, tenho percebido que o sistema jurídico brasileiro precisa de uma urgente reforma, pois o direito positivo, legislado, portanto, precisa estar atualizado diante das novas transformações sociais, econômicas e políticas, a fim de que possa ter eficácia plena e com resultados benéficos e garantidores de completa segurança jurídica.

Por outro lado, o Poder Judiciário brasileiro está necessitando do apoio integral dos demais outros Poderes (Executivo e Legislativo) a fim de poder cumprir com urgência, rapidez, as suas atribuições constitucionais. Para isso, necessita urgentemente de mais funcionários, com elevada qualificação profissional, e de mais juízes, desembargadores e ministros, todos, enfim, unidos por um único objetivo, ou seja, fazendo de tudo pela prestação jurisdicional eficiente e mais urgente possível fundada no Direito e pela efetiva concretização da Justiça objetivando a paz social.

No artigo 92 da Constituição Federal está explicitado: São órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes

Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

O Poder constituído mais importante em qualquer país no mundo é, sem dúvida, o Poder Judiciário, que exerce, nos termos constitucionais, o controle sobre os demais.

Os que compõem, hoje, os Poderes Legislativo e Executivo, no Brasil, devem unir-se na busca de uma estrutura perfeita do Poder Judiciário, pois neste está a atribuição de oferecer a todos, indistintamente, a segurança jurídica, que é imprescindível a cada um buscando o respeito e o reconhecimento aos seus direitos subjetivos, que merecem uma atenção especial de todos.

Atacar o Poder Judiciário não é benéfico a ninguém. Ele merece o respeito e o apoio de todos os seus jurisdicionados a fim de que seja elevado ao nível melhor possível na prestação jurisdicional, diante da qual o mais beneficiado é o povo, que é a fonte, o sujeito, o dono do poder político.

A população brasileira cresceu muito e, conseqüentemente, os pedidos de prestação jurisdicional hoje estão em milhões de processos e as suas finalizações precisam ser urgentes a fim de que os seus resultados sejam rápidos e não fiquem esquecidos, abandonados, nas gavetas do Judiciário.

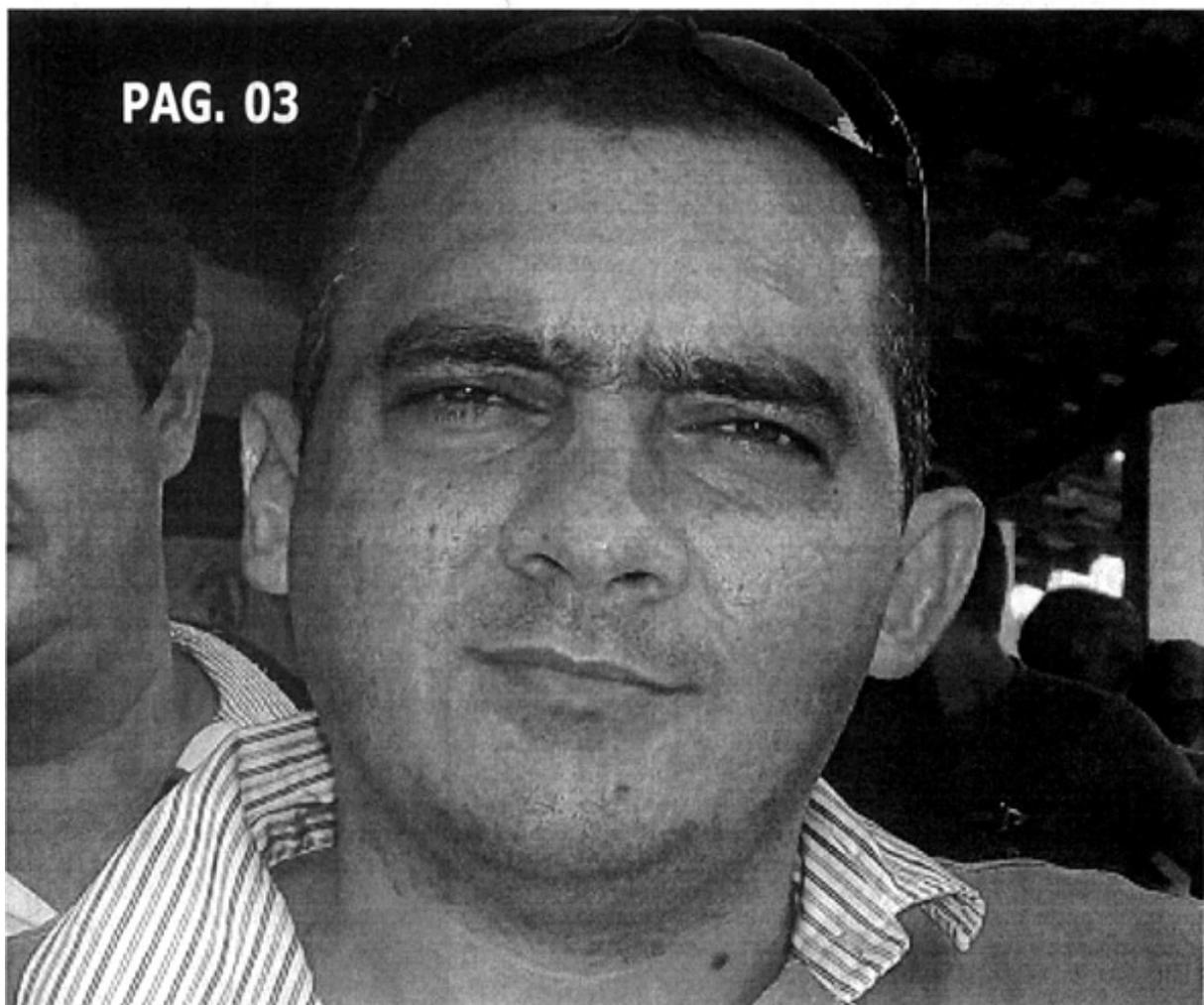
Como simples brasileiro quero ver o Poder Judiciário, em nosso país, efficientíssimo no cumprimento de suas atribuições constitucionais, garantindo a ordem jurídica democrática e o respeito integral aos direitos de todos.

Como advogado quero o Poder Judiciário brasileiro apoiado, respeitado, pelo povo, e realizando, de forma rápida e justa, a prestação jurisdicional adequada, garantidora da paz social. Assim, seguirei na luta pelo Direito e pela Justiça, agindo sempre em defesa também do Poder Judiciário eficiente no cumprimento de seus deveres diante do povo.

Advogado, jornalista e professor universitário,  
membro da Academia Maranhense de Letras  
E-mail: [jcss@elo.com.br](mailto:jcss@elo.com.br)

## DENÚNCIAS PODEM LEVAR PREFEITO DE IGARAPÉ GRANDE À PERDA DO MANDATO

O Sindicato dos Profissionais de Educação do município de Igarapé Grande (SINPROMIG) ajuizaram Ação Civil Pública contra o prefeito Geames Macedo Ribeiro por improbidade administrativa. Eles denunciam que os valores referentes aos empréstimos consignados, que são descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores, não estão sendo repassados aos bancos que concederam os empréstimos.



Prefeito Geames Macedo Ribeiro

# Denúncias podem levar prefeito de Igarapé Grande à perda do mandato

*Para piorar a situação, os bancos estão enviando cartas de cobranças aos servidores, que temem em ficar negativados junto às instituições*



O Sindicato dos Profissionais de Educação do município de Igarapé Grande (SINPROMIG) ajuizaram Ação Civil Pública contra o prefeito Geames Macedo Ribeiro por improbidade administrativa.

Eles denunciam que os valores referentes aos empréstimos consignados, que são descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores, não estão sendo repassados aos bancos que concederam os empréstimos.

Para piorar a situação, os bancos estão enviando cartas de cobranças aos servidores, que temem em ficar negativados junto às instituições. Além do fato da dívida crescer a cada mês.

Na ação, o SINPROMIG pede o afastamento imediato do prefeito Geames Macedo, além do bloqueio de R\$ 146.490,65 (valor correspondente ao valor das parcelas dos empréstimos não repassados) do fundo de Participação do Município, para que a dívida seja sanada, e o gestor não cause mais danos ao erário.

**Afastamento** - Neste mesmo ano, atendendo a pedido formulado pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou o afastamento do cargo ao prefeito de Igarapé Grande, Geames Macêdo Ribeiro. A Ação Civil Pública havia sido proposta em 27 de março pela promotora de Justiça Simone Christine Santana Valada-

res, titular da Promotoria de Justiça de Igarapé Grande.

De acordo com as investigações do Ministério Público, o prefeito teria aberto empresas em nome de funcionários de sua confiança, visando participar de licitações no município. Segundo a promotora Simone Valadares, os funcionários da prefeitura "emprestavam" seus nomes para a abertura das empresas em troca de aumentos salariais consideráveis.

Uma dessas empresas, a V.P. Soares, voltada para o fornecimento de gêneros alimentícios, ganhou, em 2011, uma licitação, no valor de mais de R\$ 1,2 milhão, para abastecer as Secretarias Municipais. Já a Construtora D.V. Ltda. realizava obras de recuperação de estradas vicinais sem realização de licitação.

Na ação, além do pedido liminar de afastamento de Geames Macêdo Ribeiro do cargo, o Ministério Público requereu o bloqueio dos bens do prefeito e a sua condenação por ato de improbidade administrativa. Caso condenado, o prefeito estará sujeito à perda do cargo, ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar ou receber qualquer incentivo do Poder Público.

**Providência** - Ao que tudo indica, a vasta lista de vítimas lesadas pelo prefeito Geames Macêdo Ribeiro não para de crescer, fato este que levanta a suspeita de sua total falta de compromisso para com a população de Igarapé Grande.

De acordo com a aposentada Francisca dos Santos Sousa, de 62 anos, Geames "sequer poupou aqueles que valorosos serviços já prestaram por Igarapé Grande, e quem mais mereciam respeito: os aposentados".

Segundo Francisca, o prefeito deixou de repassar, por cerca de 4 meses, aos aposentados, o benefício oriundo da Previdência Social, algo em torno de 50 mil reais mensais. Mesmo tendo sanado três meses de atraso, até a presente data Geames mantém em aberto o repasse referente ao mês de junho, que já deveria ter sido efetuado.

**Prisão** - Outra denúncia gravíssima promovida Ministério Público (MPE) contra Geames, dessa vez com alegação de porte ilegal de arma, entregue à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 25 de novembro de 2010, baseia-se nos termos do voto do relator, desembargador Bernardo Rodrigues, em que destaca indícios da ocorrência do crime no fato de um revólver calibre 38 ter sido apreendido com o prefeito de Igarapé Grande, que não tinha porte legal da arma.

Geames Macêdo Ribeiro foi preso em flagrante em 19 de maio de 2010, na Rodovia MA-122. Segundo os autos, os policiais relataram que, ao transitarem pela rodovia, verificaram que o denunciado se encontrava na garupa de uma motocicleta, portando ilegalmente a arma na cintura. O revólver, com seis munições, foi apreendido e submetido a exame de eficiência, cujo resultado indicou que estava perfeito para uso.

# Casais inscritos na 19ª Ação Global participam do casamento comunitário

Mais de 400 casais selam união no evento, realizado pela CGJ, em parceria com a Fiema/Sesi e a Ufma.

A maioria dos noivos e noivas aproveitaram a 19ª edição da Ação Global - projeto da Fiema/Sesi-MA e Rede Globo/TV Mirante - para se inscrever no casamento comunitário. Depois de preencher o formulário e esperar ansiosos por dois meses para dizer o 'sim', eles se casaram, ontem sábado, 14, às 16 horas, na concha acústica da Cidade Universitária (Ufma). Ao todo, 430 casais maranhenses participaram do evento.

"A Ação Global oferece uma gama de serviços essenciais à comunidade que participa do mutirão e o casamento comunitário tem uma procura muito grande da população", afirmou Marco Antonio Moura, superintendente regional do Sesi em exercício. Segundo o gestor, essa é a terceira vez que a Ação Global oportuniza a união de casais em São Luís.

Com realização da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), além do Sesi, o evento contou este ano com a parceria da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) como local da solenidade. Mais de 20 magistrados estiveram envolvidos na cerimônia.

"É mais uma parceria com a CGJ e com a Ufma, que este ano

cedeu suas instalações para a realização da 19ª edição da Ação Global", ressaltou Marco Moura.

O evento é uma alternativa econômica aos casais - que se desprenderam de todo o aparato luxuoso que envolve a solenidade do matrimônio - para realizar o sonho de formar uma família. Além disso, destaca a importância da parceria para dar acesso à população mais carente de oficializar a vida a dois.

"Foi à forma mais barata que encontramos de nos casar. Não tivemos gastos com igreja ou cartório e foi uma festa íntima, para os amigos e a família", contou a noiva Etiene de Fátima Santos, 25.

Só este ano no Maranhão, a 19ª Ação Global - com o tema 'A valorização dos parceiros e sua contribuição para o evento' e subtítulo 'Eu faço Ação Global o ano inteiro' - realizou mais de 66 mil atendimentos para cerca de 35 mil pessoas, nas áreas de educação, saúde, cultura, cidadania, esporte e lazer.

Em nível nacional, o mutirão reuniu 31 mil voluntários de 2 mil instituições parceiras e ofereceu serviços gratuitos a aproximadamente 2 milhões de cidadãos nas 29 cidades em que ocorreu o evento.

## Presidente nacional da OAB vai defender honorários sucumbenciais de procuradores do MA em audiência no TJ/MA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, está em São Luís, no Maranhão, nesta quarta-feira passada, (11/07) para fazer sustentação oral na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) número 30721/2010, em tramitação no Tribunal de Justiça do Maranhão, na qual se debate se os procuradores do Estado podem ou não receber honorários advocatícios de sucumbência. O Conselho Federal da OAB aprovou por unanimidade o pedido de ingresso na Adin, na qualidade de assistente, na sessão plenária de fevereiro deste ano, por proposição do conselheiro federal pelo Maranhão, Ulisses César Martins de Sousa.

A Adin foi ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão para questionar o artigo 91 da Lei Complementar nº 20/94 - Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado. O MP entende que o dispositivo viola os artigos 39, § 4º e 135, da Constituição, e que o recebimento de honorários advocatícios sucumbenciais (pagos pela parte vencida à parte que saiu vitoriosa no processo) pelos procuradores do Estado seria inconstitucional.

O presidente nacional da OAB apresentará os argumentos da entidade para defender que não há qualquer inconstitucionalidade no artigo 91 da Lei Complementar, já tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) inclusive declarado que os honorários advocatícios possuem natureza alimentar. O presidente da OAB ainda ressaltará que os honorários de sucumbência, pagos pela parte vencida - e não pela Fazenda Pública - não estão enquadrados na remuneração dos procuradores do Estado, tendo caráter alimentar, eventual e indenizatório, sem apresentar natureza remuneratória ou salarial. O relator da matéria é o desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira.

### **TJ DEFINIRÁ VAGA ABERTA**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definirá, em votação na sessão plenária administrativa de 1º de agosto, o nome do juiz de entrância final (São Luís) que terá acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, na vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim.

## Nesta segunda

# 5ª Câmara Cível do TJ começa a funcionar

O julgamento de processos cíveis no Judiciário maranhense ganha substancial reforço com a instalação da 5ª Câmara Cível. O órgão começa a funcionar na segunda-feira (16), inicialmente com os desembargadores Graças Duarte (membro efetivo), Marcelo Carvalho (convocado) e Kleber Carvalho, que tem processos a relatar na sessão.

Com a implantação da nova câmara será ampliado de 25 para 27 o número de membros da Corte estadual de Justiça. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009.

Para completar a composição que já tem a desembargadora Graças Duarte como membro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aguarda a escolha dos desembargadores que ocuparão a vaga deixada pelo desembargador Raimundo Cutrim (aposentado) e aquela destinada a seccional da OAB pelo quinto constitucional.

A instalação da 5ª Câmara Cível foi autorizada em sessão do Pleno, em março. A Lei Complementar nº. 145/12, que criou a nova câmara, foi promulgada no dia 20 de março pelo presidente da

Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo. Apreciado em regime de urgência, o projeto foi aprovado, por unanimidade

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, considerou a promulgação da lei como fato histórico, por representar a inclusão de mais três membros na Corte maranhense. "São mais desembargadores que irão ampliar e segurar sobrecarga individual em torno de 1.200 processos anuais", observa.

**Demanda processual** – De acordo com o sistema Themis, cerca de 540.000 ações tramitam no Judiciário estadual. Em 2011 foram distribuídos 188.000 processos para população superior a 6,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE com base no último censo.

Na Justiça de 2º grau foram distribuídos 14.284 processos, o que resulta em média de 1.200 processos anuais por desembargador. Desde agosto de 2011, a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do TJMA deliberou pela criação da 5ª Câmara cível, após constatar empecilhos para a prestação de uma justiça célere.

### **SALÁRIOS NA INTERNET**

Já que tocamos no assunto...., o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", no site do Poder Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), a partir da próxima semana, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor.